

# CONSERVAÇÃO DA AUTENTICIDADE EM CENTROS HISTÓRICOS: UM ESTUDO SOBRE O POLO ALFÂNDEGA NO RECIFE

Diana Lira Zárate

Fernando Diniz Moreira

Volume 48

2010

**TEXTO PARA DISCUSSÃO V. 48**

SÉRIE 2 - GESTÃO DE RESTAURO

**CONSERVAÇÃO DA AUTENTICIDADE EM CENTROS  
HISTÓRICOS: UM ESTUDO SOBRE O POLO  
ALFÂNDEGA NO RECIFE**

Diana Lira Zárate

Fernando Diniz Moreira

**Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada**

Olinda 2010



## Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

### **Missão**

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

### **Diretoria**

Fernando Diniz Moreira, Diretor Geral  
Juliana Barreto

### **Conselho de administração**

Virginia Pitta Pontual, Presidente  
Silvio Mendes Zancheti  
Tomás de Albuquerque Lapa  
Ana Rita Sá Carneiro  
Roberto Dantas de Araújo

### **Suplentes**

Eveline Labanca  
Luis de La Mora  
André Renato Pina  
Rosane Piccolo Loreto

### **Conselho fiscal**

Vera Milet, Presidente  
Norma Lacerda  
Fátima Furtado

### **Suplentes**

Fátima Alves Mafra  
Vania Cavalcanti

### **Texto para Discussão**

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

### **Editores**

#### **Gestão da Conservação Urbana**

Natália Vieira

#### **Gestão de Restauro**

Roberto Dantas de Araújo

#### **Identificação do Patrimônio Cultural**

Rosane Piccolo Loreto

#### **Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada**

Rua Sete de Setembro, 80  
Olinda - PE  
53020-130 - Brasil  
Tel/Fax.: (55 81) 3429-1754  
[textos@ceci-br.org](mailto:textos@ceci-br.org)  
[www.ceci-br.org](http://www.ceci-br.org)

### **FICHA BIBLIOGRÁFICA**

**Autores:** Diana Lira Zárate e Fernando Diniz Moreira

**Título:** CONSERVAÇÃO DA AUTENTICIDADE EM CENTROS HISTÓRICOS: UM ESTUDO SOBRE O POLO ALFÂNDEGA NO RECIFE.

**Editora:** Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

**Tipo da publicação:** Textos para Discussão – Série 2 Gestão de Restauro

**Local e ano de publicação:** Olinda, 2010

**ISSN:** 1980-8267

# CONSERVAÇÃO DA AUTENTICIDADE EM CENTROS HISTÓRICOS: Um Estudo sobre o Pólo Alfândega no Recife

Diana Lira Zárate e Fernando Diniz Moreira<sup>1</sup>

Resumo: O trabalho discute a conservação da autenticidade de conjuntos de edificações históricas em áreas centrais que foram objeto de ações do Programa Monumenta/BID, tomando como estudo de caso o Polo Alfândega no Bairro do Recife, no Recife. Iniciada em 2000, e ainda em curso, essa intervenção visou restaurar três edifícios de alto valor histórico para a cidade - *A Igreja da Madre de Deus*, seu convento original e o Edifício Chanteclair - inserindo novos usos nos dois últimos. Essas intervenções criaram um *mix* com centro de lazer, gastronomia, cultura e compras, com o intuito de contribuir para a revitalização da porção sul da Ilha do Recife, dando continuidade ao processo de revitalização do Bairro do Recife como um todo, iniciado na década de 1990.

A primeira parte do texto apresenta alguns conceitos teóricos utilizados e a segunda oferece uma breve contextualização da estruturação urbana da área e do recente processo de revitalização. A terceira, quarta e quinta partes detêm-se, respectivamente, nos edifícios estudados, abordando a evolução do edifício, seu estado de conservação, sua significância, as intervenções empreendidas com o Monumenta, bem como os impactos gerados na manutenção da autenticidade dos edifícios e das estruturas urbanas.

Palavras-Chave: Revitalização, Recife, Autenticidade, Programa Monumenta

## 1. Objetivos e problema

As áreas de interesse histórico de cidades brasileiras têm sido objeto, desde 2000, de ações do Programa Monumenta/BID. O programa vem financiando ações de conservação em infraestrutura urbana e de inserção de novos usos em edifícios de valor histórico e cultural. Essas ações são tidas como necessárias para a sustentabilidade de edifícios e dos processos de revitalização dessas áreas. Entretanto, a forma como novos usos são inseridos acaba comprometendo, muitas vezes, a integridade arquitetônica e a autenticidade do imóvel.

O presente trabalho discute a conservação da autenticidade de conjuntos de edificações históricas em áreas centrais, tomando como objeto de estudo o Polo Alfândega, no Bairro do Recife, no Recife. Iniciada em 2000, e ainda em curso, essa intervenção faz parte do Programa Monumenta/BID que restaurou três edifícios de alto valor histórico para a cidade, inserindo novos usos em dois deles. Esses edifícios ocupam cada um uma quadra e fixam a estrutura urbana da face sul da Ilha do Recife. A Igreja da Madre de Deus, joia da arquitetura religiosa do século XVII, foi restaurada e manteve seu uso. Seu Convento original, que foi separado da igreja no início do

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada(CECI)

século XIX e que recebeu diversos usos ao longo dos anos, foi recentemente convertido em *shopping center*. E o Conjunto *Chanteclair*, exemplar eclético do início do século XX, será transformado em polo de cinemas. Por fim, deve-se ainda mencionar a construção de um novo edifício, terminado em 2003, que funciona como loja-âncora (atual Livraria Cultura) e estacionamento do novo *shopping*.

Essas intervenções criaram um *mix* com centro de lazer, gastronomia, cultura e compras, cujo intuito é contribuir para a revitalização da porção sul da Ilha do Recife e dar continuidade ao processo de revitalização do Bairro do Recife, iniciado na década de 1990. Apresentam-se, portanto, como um projeto de intervenção urbana que contém ações em vários edifícios de diferentes tempos históricos.

A primeira parte do texto apresenta alguns conceitos teóricos utilizados, e a segunda oferece uma breve contextualização do processo de estruturação urbana da área e de sua recente revitalização, incluindo a implantação do Programa Monumenta. A terceira, quarta e quinta partes detêm-se nos edifícios estudados, abordando a evolução de cada um deles, seu estado de conservação, sua significância, as intervenções empreendidas com o Monumenta, bem como os impactos gerados na manutenção da autenticidade dos edifícios e das estruturas urbanas.

## 2. Autenticidade

A manutenção da autenticidade é tida como um dos objetivos principais do trabalho de conservação. No preâmbulo da Carta de Veneza é assim que ela aparece, mas, no resto do texto, o conceito não é mais mencionado. Termos como *real*, *verdadeiro* ou *original* não conseguem criar um consenso claro em relação ao patrimônio construído. Apesar de as discussões sobre a autenticidade estarem presentes desde a formulação da conservação como disciplina no século XIX, apenas no final do século XX é que ela passou a ser discutida, sobretudo devido ao fato de a autenticidade figurar como condição para a inscrição de um monumento, conjunto de edifícios ou de um sítio na Lista de Patrimônio Mundial.

O teste de autenticidade priorizava o aspecto material do edifício ou monumento e abrangia quatro parâmetros fundamentais: a forma, intenção ou desenho, o material, habilidade do artífice, e as características de implantação e organização de determinado sítio. O *Documento de Nara sobre autenticidade* (1994) ampliou essa noção ao adotar uma abordagem mais cultural, fundamentada na pluralidade de valores, priorizando elementos intangíveis, como função, tradição, técnica e espírito (JOKILEHTO, 2006, p.16, STOVEL, 2004, p.03). Também defendeu que o patrimônio cultural precisa ser considerado e julgado dentro do contexto cultural ao qual pertence. Identificar e preservar a autenticidade de um determinado bem se constituiu, portanto, em uma complexa tarefa, considerando que os critérios de análise são variáveis em cada cultura, e que um bem acumula diversas fases cronológicas, com aspectos que podem ser considerados legítimos ou ilegítimos pela sociedade local.

A conservação desse bem, então, é um processo que requer a compreensão de seu significado, e não apenas sua apreciação material. A autenticidade não reside somente no aspecto material do bem, nem constitui um valor em si própria, mas é algo que valoriza e qualifica o bem como patrimônio de uma comunidade. Mesmo quando um bem perde sua função original, ele ainda pode oferecer uma lembrança de como foi, contribuindo para estabelecer seu significado no presente. A substituição de uma obra por outra similar, ou a intervenção que venha a cometer um falso histórico ou estético, comprometem a salvaguardada a autenticidade do bem para as futuras gerações. Assim, deve-se fazer um balanço crítico, levando em conta o contexto da

comunidade local, para encontrar os principais valores desse bem, pois esses devem guiar o processo de intervenção (JOKILEHTO, 2006, p.16, STOVEL, 2004, p.14).

Para construir o conceito de autenticidade que será utilizado no desenvolvimento do presente trabalho, serão usadas as noções contidas na Teoria da Restauração de Brandi, as recomendações internacionais das Cartas Patrimoniais e os critérios usados pelo Comitê do Patrimônio Mundial para que um bem seja inscrito na Lista do Patrimônio Mundial. No entanto, devido ao limitado escopo deste trabalho serão priorizados os aspectos tangíveis dos espaços avaliados, sem descurar os aspectos intangíveis que poderão ser tratados em outra oportunidade.

### **3. Bairro do Recife: estruturação e revitalização**

O atual Bairro do Recife nasceu no século XVI, como porto da Cidade de Olinda, ocupando uma estreita língua de terra em uma área estuarina. A povoação inicial portuguesa caracterizou-se por uma configuração estreita e paralela à costa. Os holandeses, que ocuparam a região em 1630, incendiaram Olinda e decidiram estabelecer-se no Recife. Após sua expulsão em 1654, o Recife já se encontrava consolidado e continuou seu processo de crescimento, principalmente durante o século XVIII, por meio de aterros sobre as áreas ribeirinhas e ao longo da orla marítima. É justamente nessas áreas de expansão que se encontram os edifícios que aqui serão estudados.

A abertura dos portos nacionais em 1808, a transformação do Recife em capital da província em 1827, o apogeu da cultura algodoeira na região causaram a expansão e marcaram o caráter portuário do bairro. A ocupação caracterizava-se pelos trapiches de açúcar, oficinas, estabelecimentos de comércio exterior, armazéns de açúcar e algodão e residências. A partir desse período, começaram a ser elaborados os projetos e planos de reforma do porto, mas, até final do século XIX, não havia ocorrido nenhuma transformação significativa.

Influenciada pela reforma Passos no Rio de Janeiro, o Recife passou por uma modernização que consistiu em uma ampla reforma do tecido urbano e em um projeto de modernização portuária, a qual demoliu extensas áreas do antigo traçado urbano para dar lugar a duas grandes avenidas com imponentes edifícios ecléticos.<sup>2</sup> Durante o processo, o bairro perdeu grande parte de sua parcela residencial e teve reforçado seu caráter portuário e de centro financeiro da cidade.

Em 1950, observou-se a expansão da área portuária com o avanço de galpões e armazéns sobre as áreas urbanas do bairro. Nos anos 1970, o declínio causado pela degradação espacial, física e humana fez com que as atividades marginais ganhassem espaço na área.<sup>3</sup> Em meio a todas essas transformações, o bairro continuava a depender do Porto, que iniciava um processo de diminuição de suas atividades e já não tinha a vida dinâmica dos séculos XVII e XVIII. Isso somado às restrições construtivas<sup>4</sup> provocou também uma redução nos preços da terra e de seus imóveis. O espaço da Ilha do Recife foi se fechando, gradativamente, à cidade.

---

<sup>2</sup> MOREIRA, 1994, p.98.

<sup>3</sup> ZANCHETTI, LACERDA, MARINHO, 1998, p. 12-13.

<sup>4</sup> Lei municipal de proteção de sítios históricos que incluiu toda a área de armazenagem do bairro em área de conservação com pequeno potencial construtivo. Lei nº 13.957, de 26/12/79.

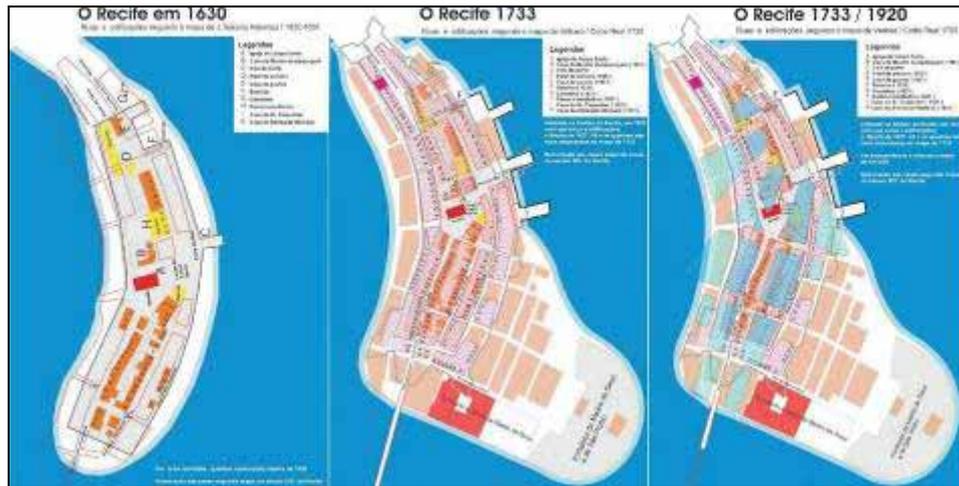


Figura 1 – Mapas do Bairro do Recife em 1630, 1677 e 1920 (Acervo pessoal José L. M. Menezes In: SIMIS, 2005).

Apesar das tentativas efetuadas desde a década de 1970, apenas em 1993, com a gestão de Jarbas Vasconcelos na Prefeitura e o Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR), é que se iniciou um processo mais contínuo e sustentado de revitalização dessa área. A estratégia consistiu em estabelecer parcerias entre a iniciativa pública e a privada, para que o processo não dependesse exclusivamente do poder público. O plano procurava orientar as ações de investidores no bairro por meio dos Projetos Estruturadores, ou Polos, como ficaram conhecidos.<sup>5</sup> Assim, surgiram o Polo Bom Jesus, o Polo Alfândega e o Polo Pilar. Os dois primeiros concentraram a maior parte das edificações de interesse histórico, enquanto o Polo Pilar, diversamente, era uma área bem mais degradada, onde se localizavam, além de atividades industriais e portuárias, vazios urbanos e favelas.<sup>6</sup>

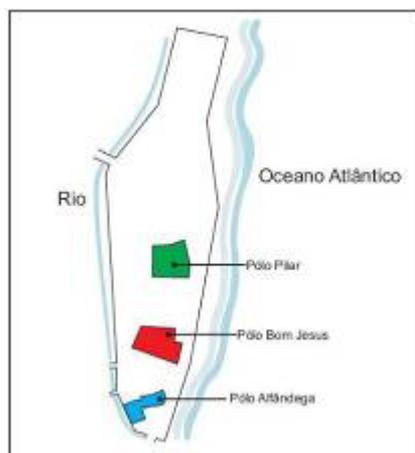


Figura 2 – Mapas Polos de intervenção da Revitalização do Bairro (PCR, 1997 In: VIEIRA, 2006).

O PRBR prossegue até os dias atuais, sofrendo mudanças e ajustes ao longo do tempo. Podem ser definidos três períodos na revitalização do bairro. O primeiro (1993-1996), marcado pela ascensão do processo de valorização econômica e exploração turística concentradas no Polo Bom Jesus. Embora se tenha observado uma tendência ao fachadismo, não se pode negar que esse momento conseguiu reverter a tendência ao abandono e recuperar um bom número de imóveis com poucos recursos públicos. No

<sup>5</sup> ZANCHETTI, 1995, p. 107

<sup>6</sup> VIEIRA, 2006.

segundo período (1997-2000), houve uma mudança de prioridades da gestão municipal que não colocou a revitalização do Bairro entre suas preocupações centrais. Embora alguns dos projetos integrantes do período anterior tivessem sido realizados, como a reforma da Torre Malakoff, a construção do terminal marítimo de passageiros e a Praça do Marco Zero, o investimento municipal reduziu-se à promoção de eventos culturais e à manutenção.<sup>7</sup> Foi no terceiro período (2001-2004) que o Polo Alfândega iniciou suas intervenções de fato com a participação do Programa Monumenta, que se tornou a principal fonte de financiamento da revitalização.

O Monumenta foi o primeiro programa de financiamento do patrimônio histórico com abrangência nacional e ação continuada. As discussões para a formulação do programa, seus fundamentos e áreas prioritárias de intervenção tiveram início em 1995, entre o Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, mas só em 2000 é que se iniciou efetivamente o programa que conta com a participação da UNESCO e atua em outras cidades históricas protegidas pelo IPHAN. O Monumenta veio responder a um contexto de crise do modelo de financiamento público para os processos de revitalização. As municipalidades, que desde os anos 1990 tinham tido um papel mais ativo no processo de revitalização, mostraram-se incapazes de sustentar financeiramente o processo no longo prazo.<sup>8</sup>

Sua proposta é agir de forma integrada, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações do entorno, além de atividades de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. A inovação do programa é criar condições para manter a recuperação de modo permanente, por meio do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio, que pode receber recursos orçamentários do município, contrapartidas de convênios, aluguéis e arrendamentos dos imóveis e doações.<sup>9</sup>

O convênio firmado entre o Monumenta e a Prefeitura do Recife foi assinado em 2000. Para sua implantação, surgiu a ideia de propor o tombamento do Bairro do Recife que, naquela época, só possuía um único monumento tombado no plano federal, a Igreja da Madre de Deus. Assim, em 15 de dezembro de 1998, um polígono de 186 mil m<sup>2</sup>, dividido em três subnúcleos,<sup>10</sup> foi tombado.

O Projeto de Recuperação e Requalificação Urbana Polo Alfândega/Madre de Deus compreende a área limitada pelo triângulo formado entre a Avenida Cais da Alfândega, Avenida Alfredo Lisboa e Avenida Marquês de Olinda. Assim, dentre as ações concluídas no Polo Alfândega/Madre de Deus estavam: a revitalização da Rua da Moeda, a recuperação das calçadas das ruas adjacentes, a iluminação pública, a recuperação da Igreja da Madre de Deus, a recuperação e revitalização do edifício da antiga Alfândega, transformando-o em *Shopping Cultural Paço Alfândega*, com livraria, restaurantes, lojas, praças de alimentação e estacionamento, assim como a recuperação e a revitalização do Conjunto *Chanteclair*, o que complementaria as estruturas de lazer do Paço.<sup>11</sup>

---

<sup>6</sup> VIEIRA, 2006, p.142-143.

<sup>8</sup> ZANCHETI, 2007

<sup>7</sup> MONUMENTA. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2007.

<sup>8</sup> VIEIRA, 2006, p. 134

<sup>9</sup> Além do Polo Alfândega, as principais implementações do Plano de Revitalização foram: a continuação do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, o PRODETUR/NE II, o Porto Digital, o Projeto Luz no Recife Antigo. Além deles, também foram iniciados o Programa de Requalificação

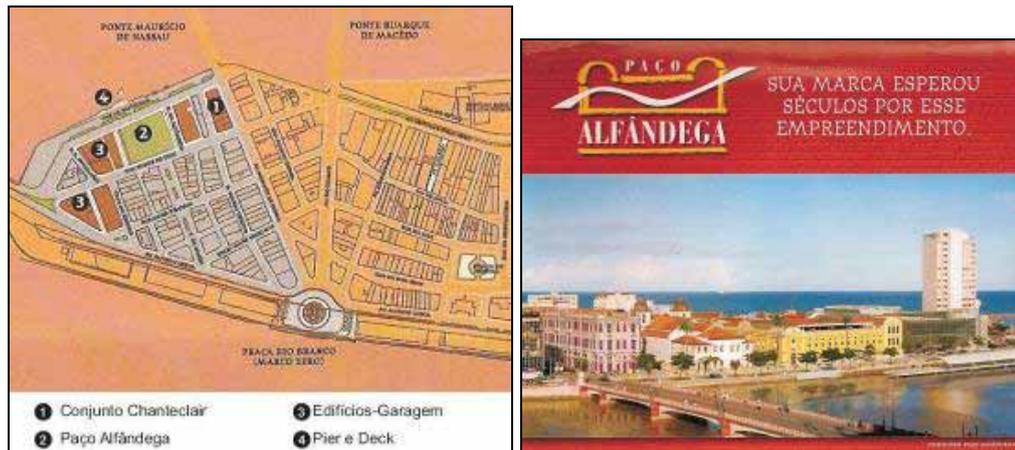


Figura 3 - Mapa da área (em cinza) da intervenção do Programa Monumenta (Folder publicitário, 2000).

Figura 4 - Propaganda do Complexo Paço Alfândega (Folder publicitário, 2000).

#### 4. A Igreja da Madre de Deus

A Igreja da Madre de Deus, localizado às margens do rio Capibaribe, no extremo sul da península, foi fundada por padres da ordem dos oratorianos de São Felipe Néri, em 1689, e tombada pelo IPHAN, em 1938. A edificação teve início com uma pequena construção em taipa, posteriormente ampliada. O templo atual tomou forma entre 1707 e 1720, data de conclusão do frontispício.<sup>12</sup> O antigo seminário e o convento, anexos à Igreja, foram iniciados em 1754.

O frontispício da igreja apresenta duas pilastras centrais, além dos quatro cunhais das torres, arrematados por uma cornija horizontal, a partir da qual se erguem as torres sineiras e o frontão com o nicho do Padroeiro entre pilastras, encimado por uma cruz entre pináculos. As torres têm janelas sineiras em arco pleno e coroamento em cúpula. Dois óculos em forma de estrela em ambas as torres completam a composição.<sup>13</sup>



Figura 5 - Frontispício da Igreja da Madre de Deus (Acervo L'Amour e Campelo, 2003).

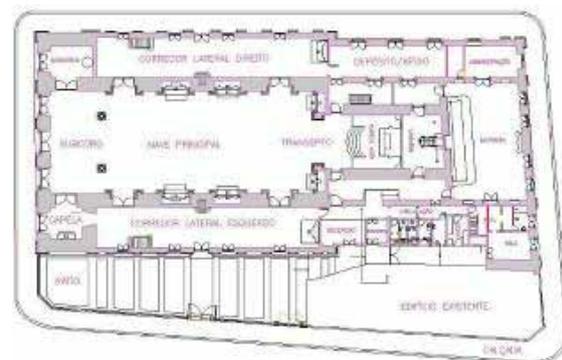


Figura 6 - Planta baixa da Igreja da Madre de Deus (Acervo L'Amour e Campelo, 2003).

Urbanística e Inclusão social da Comunidade do Pilar, o Projeto “A Reconquista do Lugar”: Murallas do Bairro do Recife, o Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda, o Programa Morar no Centro e o Projeto Oficina Escola de Restauro (VIEIRA, 2006, p. 152).

<sup>10</sup> GUERRA, 1970, p.92-93.

<sup>13</sup> CARRAZZONI, 1980.

A igreja possui ampla nave, com dois corredores laterais e seis capelas internas. O interior da nave apresenta púlpito e tribunas, em dois níveis, em ornato rococó. A capela-mor, ornamentada na primeira metade do século XVIII, possui teto, retábulo e paredes decoradas por talhas em estilo barroco nacional português.<sup>14</sup> No interior, encontram-se obras-primas dos maiores artistas pernambucanos da época, como a imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos, do santeiro pernambucano Antônio Splanger Aranha, e painéis do pintor Sebastião Canuto da Silva Tavares, além do grande forro da sacristia adornado por anjos.<sup>15</sup>

Devido à sua participação na Confederação do Equador, em 1824, os oratorianos foram expulsos por decreto de D. Pedro I, em 1830, e seus bens incorporados à Fazenda Imperial. O convento acabou transformado em alfândega, e a Igreja da Madre de Deus ficou sob a administração de irmandades religiosas.<sup>16</sup> Em 1839, no governo do Conde da Boa Vista, teve início uma reforma de maior vulto, quando houve a separação do edifício da alfândega da Igreja da Madre de Deus. A igreja não sofreu perda de área em demolições. Foi na parte do convento adjacente à sacristia que se abriu a rua da Alfândega.

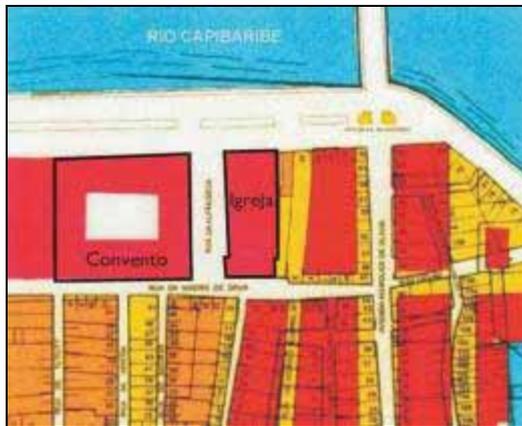


Figura 7 - Mapa com abertura da Rua da Alfândega, 1906 (In: SIMIS, 2005).

Em 1931, a igreja sofreu uma grande reforma, quando lhe foi acrescentada uma das torres e aplicados ornatos em pó de pedra, inclusive sobre as antigas cercaduras em cantaria.<sup>17</sup> Em 1971, um incêndio destruiu boa parte da capela-mor e do teto. Apenas em 1984 ela foi entregue à comunidade após uma restauração que, por limitações financeiras, deixou o altar na madeira bruta. Novas peças foram construídas, procurando ser fiéis aos originais e colocadas no altar tal qual uma montagem. Quase vinte anos mais tarde, já havia sinais de desgaste na pintura do século XVIII, remanescente em algumas peças, além de deslocamentos e ataques de cupins.<sup>18</sup>

A análise dos arquitetos Ronaldo L'Amour e Felipe Campelo, encarregados da intervenção em questão que teve início em 2003, provê um minucioso quadro do **estado de conservação**.<sup>19</sup> Segundo o diagnóstico, a fachada principal possuía trechos de reboco estragado ou destruído e molduras dos dois óculos parcialmente destruídas. Eram visíveis também a deterioração da parte inferior de todas as portas do acesso

<sup>14</sup> ROCHA, 2004, p. 84.

<sup>15</sup> GUERRA, 1970, p. 95.

<sup>16</sup> AULA, 2007, p. 57.

<sup>17</sup> CAMPELO, L'AMOUR, 2000, p. 1.

<sup>18</sup> AULA, 2007, p. 7.

<sup>19</sup> *Descrição do estado de conservação da Igreja da Madre de Deus*. Recife, 2001.

principal e a deterioração dos gradis em ferro fundido das portas-janelas atacados pela ferrugem.

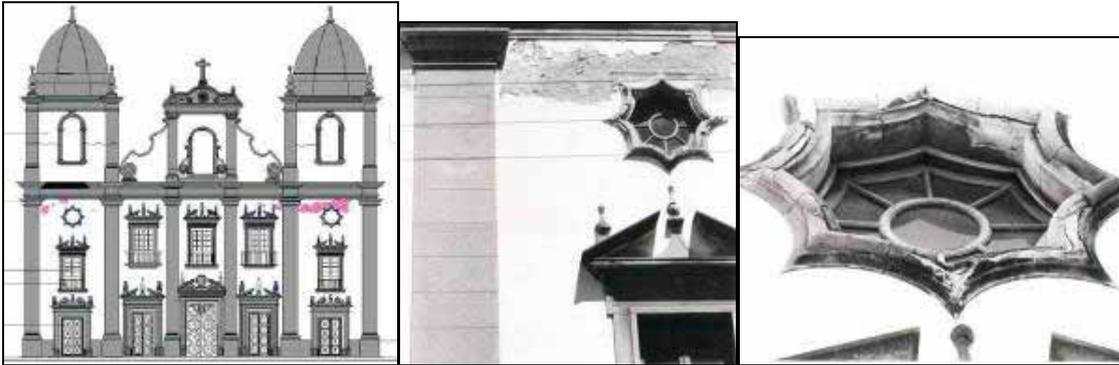


Figura 8 - Levantamento do estado da fachada principal (Acervo L'Amour e Campelo, 2003).

Figura 9 e 10 - Imagens das partes deterioradas da fachada e detalhe do óculo (Acervo L'Amour e Campelo, 2003).

As outras fachadas apresentavam, além dos mesmos problemas do frontispício, alguns elementos que atrapalhavam a leitura da composição. Foram ainda identificados problemas nos pisos de ladrilho hidráulico e manchas de umidade em várias paredes, manchas ascendentes no térreo e descendentes junto ao telhado, bem como madeiramento do telhado atacado por cupins.<sup>20</sup> De uma maneira geral, o prédio apresentava um razoável estado de conservação, apesar de conter algumas estruturas bastante degradadas.

A igreja possui valores que a fazem um dos mais **significativos** exemplares do patrimônio histórico e artístico do Brasil. Dentre eles, em primeiro lugar, ressaltar-se seu valor histórico, por ser uma das mais antigas igrejas do Recife, implantada no século XVII. Em segundo, o edifício possui um valor artístico excepcional pela arquitetura e pela ornamentação integradas em um todo harmônico. Em terceiro, cabe enfatizar o valor paisagístico do edifício, localizado às margens do rio Capibaribe, formando com o *Chanteclair* e a antiga Alfândega uma fachada para o rio. Com exceção da reforma da fachada de 1931 e das perdas provocadas pelo incêndio de 1971, a igreja manteve a sua autenticidade.<sup>21</sup>



Figura 11 - Ornamentos da igreja. Detalhe do altar-mor e do lavabo da sacristia (Acervo L'Amour e Campelo, 2003).

<sup>20</sup> CAMPELO, L'AMOUR, 2001, p. 10.

<sup>21</sup> Idem, p. 4.

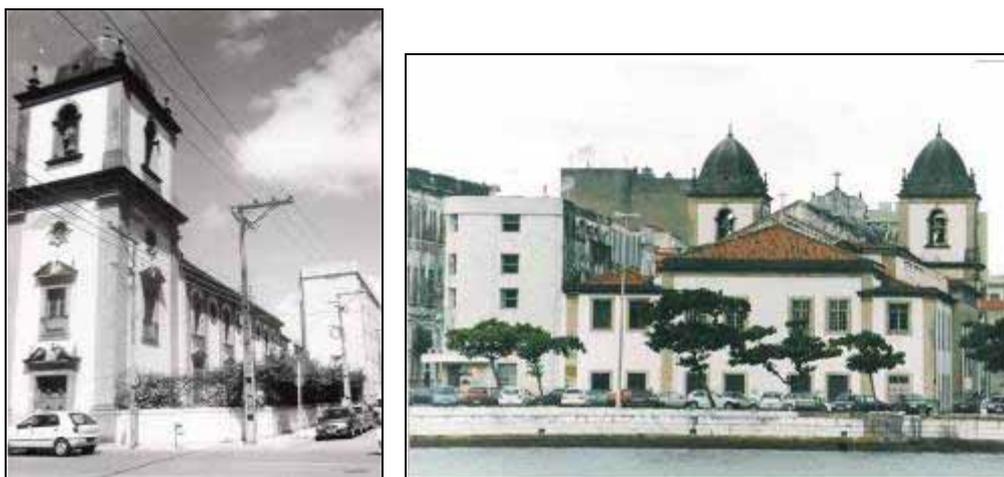
Financiado pelo Programa Momenta/BID, a **intervenção** consistiu em um novo projeto de restauração das estruturas da igreja, o que incluiu a recuperação da fachada, da cobertura, do piso e das instalações hidráulicas do templo. O projeto de restauração artística, apoiado pelo BNDES, restaurou as imagens da capela-mor, das paredes laterais, do retábulo e da pintura e douramento originais. As obras iniciadas em 2003 só foram totalmente finalizadas em 2008.



Figura 12 - Foto da Igreja da Madre de Deus (Diana Zárate, 2007).

Figura 13 e 14 - Fotos do altar-mor e da nave da igreja durante a intervenção (Diana Zárate, 2007).

A recuperação das estruturas foi dividida em duas áreas distintas. A primeira área, referente a todo o corpo da igreja, foi “limitada à recuperação das partes deterioradas do imóvel, bem como sua limpeza e pintura geral.”<sup>22</sup> A segunda área, referente aos sanitários, copa, pergolado e pátio, foi reformada para “melhor atender à solicitação do público durante os frequentes eventos que ocorrem anualmente”.<sup>23</sup> No sentido de valorizar “não só a Igreja como todo o conjunto arquitetônico formado pelos edifícios vizinhos”,<sup>24</sup> os arquitetos sugeriram demolir o gradil sobre alvenaria que escondia parte da igreja e o edifício anexo. Em relação à fachada, foram restaurados trechos de reboco, molduras dos óculos e foram limpos os ornatos de pó de pedra.



<sup>22</sup> Idem, p. 02.

<sup>23</sup> Idem, p.10.

<sup>24</sup> Idem, p. 10.

Figura 15 – Foto da alvenaria e gradil na fachada norte da igreja (Acervo L'Amour e Campelo, 2003).

Figura 16 – Foto da relação entre o edifício anexo (esquerda) e a igreja (Acervo L'Amour e Campelo, 2003).

No projeto de recuperação artística, constava a conservação de 10 altares, 36 imagens e 18 pinturas localizadas na nave, corredores laterais e coro da igreja. Para a restauradora Débora Mendes, o restauro deveria permitir uma leitura uniforme da obra e um entendimento perfeito do estilo barroco.<sup>25</sup> Assim, foram retomadas as formas e as cores originais dos ornamentos.

**Resultados:** No projeto de intervenção, o desenho da planta da igreja não foi modificado. Nem o gradil sobre alvenaria, nem o edifício anexo foram derrubados, como chegou a ser aventado pelos arquitetos. Nesse caso, o edifício anexo faz parte de um entorno em que todos são legítimos e testemunhos históricos. A leitura completa desse conjunto de edifícios constitui uma imagem referencial para a paisagem da cidade. Desse modo, permaneceu o valor paisagístico da vista panorâmica do Polo Alfândega a partir do rio.

No que tange ao uso e à função, também não houve alterações. Em relação aos materiais e técnicas construtivas, o Programa Monumenta promoveu treinamento especializado para a mão de obra. Assim, foram reconstituídas várias molduras e peças da composição da fachada, além de partes de reboco faltantes que foram preenchidas, não alterando a percepção da fachada. Vale mencionar que, para Giovanonni, retornar peças ao seu lugar de origem ou completar trechos desaparecidos desde que seu número não seja dominante sobre as peças autênticas é uma operação legítima.

Ao levar em consideração os critérios discutidos no início do trabalho, pode-se dizer que a intervenção manteve os valores e a autenticidade do edifício. Entretanto, é lamentável que o tempo de duração para a realização de tais intervenções tenha se prolongado tanto, pois há mais de quatro anos a população não frequenta a igreja.

## 5. A Antiga Alfândega e o atual *Shopping Paço Alfândega*

A construção do edifício foi iniciada em 1754 como Convento da Congregação dos Oratorianos e era adjacente à Igreja da Madre de Deus no lado sul. Ao longo do tempo, também exerceu papel de seminário e teve suas instalações expandidas. Segundo Simis,<sup>26</sup> ele passou por três reformas até alcançar a disposição de um volume com dois mirantes, antes de ser separado da igreja.

Com a expulsão dos padres oratorianos, em 1825, ele virou sede da Alfândega do Recife, ainda utilizando as mesmas instalações. Em 1839, o antigo convento foi separado da igreja. Sua reformulação implicava a construção de uma nova fachada voltada para a lateral da igreja. Nela construíram-se dois torreões semelhantes aos outros dois, situados ao sul, e arcadas de gosto neoclássico.<sup>27</sup> Essa reforma alterou sensivelmente não somente o exterior do edifício mas também seu interior. Foram construídos, no térreo e no pavimento superior, armazéns, ganhando-se espaço com a demolição das celas.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> AULA, 2007, p.40.

<sup>26</sup> SIMIS, 2005, p. 29-30.

<sup>27</sup> MENEZES, 2000.

<sup>28</sup> Idem.

Em 1932, o edifício, por ser originalmente um bem da extinta Ordem de São Felipe Néri, passou para a Santa Casa de Misericórdia do Recife que dele alugou partes a terceiros. O edifício passou, então, a abrigar o escritório de uma usina de açúcar, uma série de pequenos armazéns de mercadorias e até mesmo um estacionamento. Em 2000, inserido no conjunto de obras estruturadoras para a revitalização do Bairro do Recife, o edifício teve seu uso mais uma vez modificado, sendo agora transformado em um centro de compras. Ao longo de sua história, portanto, o edifício abrigou os usos mais diversos que, ao serem implantados, pouco respeitaram o imóvel como unidade.



Figura 17 e 18 – Fotografias do edifício com brasão da Santa Casa de Misericórdia e detalhe do ano 1932 (Jobson Figueiredo, 2003).

De maneira geral, o prédio apresentava um razoável **estado de conservação**, apesar das descaracterizações em função dos diversos usos. As aberturas, vãos de portas, janelas e arcadas estavam em bom estado, embora partes delas tenham sido modificadas, arrancadas, ou simplesmente entaipadas. A presença de aparelhos de ar-condicionado em muito interferia na leitura do edifício.

A cobertura original do edifício em telhas do tipo colonial apresentava trechos com cobertura em telhas de cimento amianto. Além disso, as peças de madeira encontravam-se atingidas pelos cupins. Os pisos mais antigos do edifício ainda se apresentavam em bom estado de conservação: mosaicos, soalhos de madeira e de pedra, falso mármore de lioz, mas existiam muitos trechos de piso em cimentado recente e de má execução. A escada principal, localizada no eixo da ala voltada para a rua da Alfândega, provavelmente executada um pouco antes de 1932, em madeira e desenvolvida em três lances, estava bem conservada.

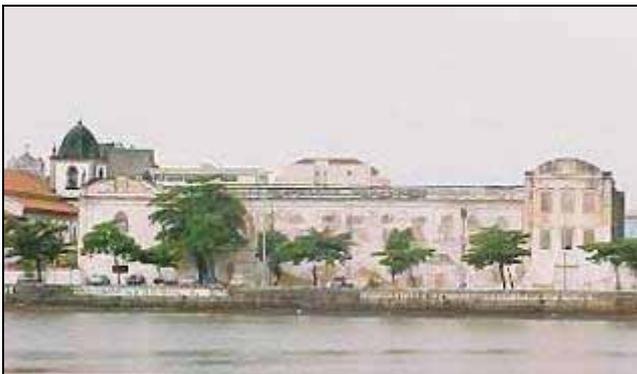


Figura 19 – Fotografia do estado do edifício antes da intervenção (Acervo pessoal Luciana Menezes, 2001).

Figura 20 – Fotografia do escada principal em três lances (Acervo pessoal Luciana Menezes, 2001).

Na planta apresentada a seguir, feita após a pesquisa arqueológica e a prospecção arquitetônica, constatou-se que no térreo do edifício foram criadas salas para atender às necessidades de escritórios. Para tal, arcadas foram entaipadas e paredes de construção mais recentes interceptaram antigos vãos. Quando o prédio serviu para guardar sacas de açúcar e foi necessário maior espaço em altura, não se hesitou em demolir os pavimentos superiores e entaipar inúmeros vãos.



Figura 21 – Planta do pavimento térreo do edifício com área das pesquisas (In: SIMIS, 2005).

O pátio interno foi parcialmente ocupado por uma construção, uma espécie de armazém, provavelmente do final do século XIX, que o dividia em dois pátios, um menor e outro maior. Apesar disso, o claustro ainda apresentava vestígios de antigas arcadas que deveriam compor o pátio do Convento da Madre de Deus. Essas arcadas foram entaipadas para isolar certos espaços destinados a outros usos (do lado oeste, para o referido estacionamento). Outros elementos arquitetônicos pertencentes à fase da alfândega, no interior e no exterior, eram constatáveis diante de uma mera comparação entre o edifício atual e suas diversas representações conhecidas.

Dentre os vários valores identificados da Alfândega, cabe ressaltar três que lhe conferem **significância** cultural exemplar. Em primeiro lugar, o seu valor histórico, particularmente a sua capacidade de se adaptar aos diversos usos e modificações ao longo do tempo, tornando-o testemunho da forma como os diversos usos se desenvolveram, interpenetraram e conviveram. Em segundo, seu valor artístico, pelo conjunto de elementos estéticos de vários períodos. Em terceiro, cabe enfatizar o valor paisagístico do edifício, compondo uma fachada para o rio Capibaribe com os edifícios vizinhos.

O projeto de **intervenção** do *Shopping* Paço Alfândega é uma obra de iniciativa privada sob a responsabilidade da Alfândega Empreendimentos e Participações Ltda. Fazem parte do *Shopping*, projeto do arquiteto Carlos Fernando Pontual, dois edifícios-garagem, projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha e uma central de ar-condicionado.

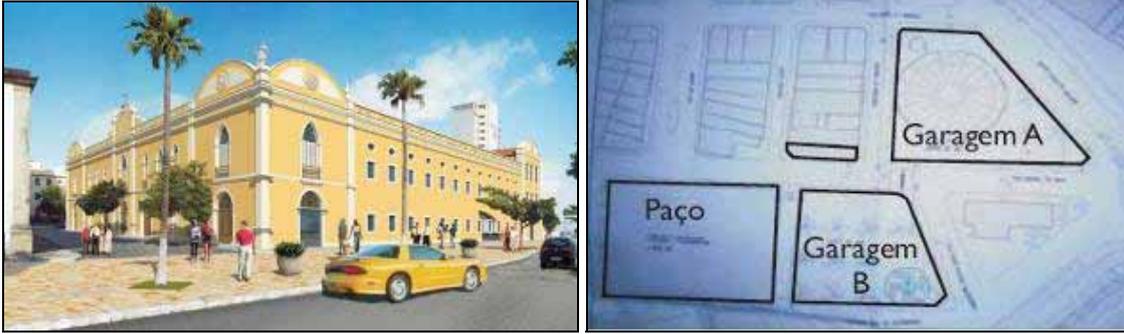


Figura 22 – Perspectiva virtual da intervenção do Paço Alfândega (*In*: Folder publicitários, 2001).

Figura 23 – Foto da planta de situação do Paço, edifícios-garagem e central de ar (*In*: TRINDADE, 2007).

O partido de arquitetura foi definido pelo contraste dos elementos antigos com o atual. As novas intervenções estão aparentes, inclusive o próprio mecanismo de funcionamento de novos equipamentos, como é o caso do elevador panorâmico inserido num grande vazio iluminado por uma moderna cúpula.<sup>29</sup> Por se tratar de uma construção histórica, o projeto seguiu rigorosa observação do IPHAN e foi alvo de uma série de exigências e restrições.

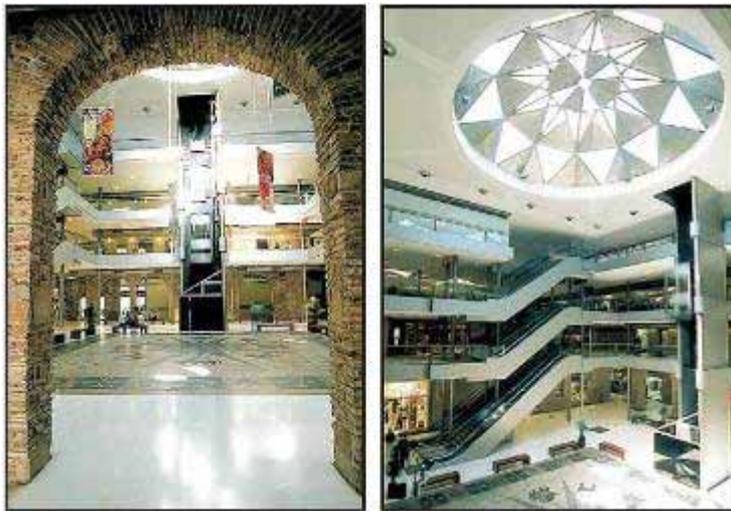


Figura 24 e 25 – Fotos do elevador panorâmico e composição com as escadas (*In*: SERAPIÃO, 2004).

Prospecções arqueológicas e arquitetônicas permitiram descobrir elementos das diversas etapas de existência da edificação. Elas ajudaram a definir quais intervenções eram necessárias para a implantação do Paço Alfândega, de modo a não modificar a estrutura do prédio. Como resultado, paredes originais desnudadas pontuam o interior com trechos de alvenaria (de tijolos ou de pedra e tijolos) e revelam elementos do passado e da técnica construtiva.<sup>30</sup> Também na fachada sul ainda se notam as cercaduras de pedra dos antigos vãos dos dormitórios dos padres. Da antiga alfândega, ainda se podem identificar as arcadas da fachada voltadas para a lateral da Igreja da Madre de Deus.<sup>31</sup>

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> SERAPIÃO, 2004.

<sup>31</sup> ROCHA, 2004, p. 83.



Figura 26 – Foto das paredes desnudadas do Paço Alfândega (In: SERAPIÃO, 2004).

Figura 27 – Fachada sul com cercaduras de pedra dos antigos vãos dos dormitórios dos padres (Diana Zárate, 2007).

Como o volume ocupa uma quadra inteira, foram propostas quatro entradas, uma em cada fachada. Os acessos no leste e no oeste rasgam a antiga alvenaria com um desenho “inusitado, uma caligrafia nova”, segundo o arquiteto Carlos Fernando Pontual.<sup>32</sup> Nas outras fachadas, manteve-se aparente o ritmo das janelas das antigas celas do convento.



Figura 28 – Planta-baixa do primeiro piso do Paço Alfândega (Folder publicitário, 2001).

Figura 29 – Fachada oeste com detalhe para o desenho do acesso (Diana Zárate, 2007).

O Paço possui 116 lojas distribuídas em quatro pisos. Os três primeiros são ocupados pelas unidades de comércio, com núcleo de serviços na porção sudeste do volume. O quarto piso, por sua vez, possui cobertura plana situada entre dois elementos preexistentes mais altos e lineares, que ladeiam as porções norte e sul. A cúpula, que ilumina o vazio central, faz parte dessa cobertura. Nesse piso, estão três restaurantes e uma galeria de arte, circundados por um terraço de onde se pode visualizar o rio a oeste, e o mar a leste.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> SERAPIÃO, 2004.

<sup>33</sup> Idem.

Fruto de um estudo realizado para a definição do tipo de fundação e estrutura, a opção pela menor interferência na construção existente levou o arquiteto a escolher uma estrutura metálica. As instalações do edifício encontram-se numa malha estrutural metálica independente da antiga alvenaria. O aço foi escolhido por gerar menos impacto nos elementos preexistentes.



Figura 30 e 31 – Fotos das instalações do Paço Alfândega (In: SERAPIÃO, 2004).

O programa do edifício-garagem compreende dois blocos com quatro pavimentos cada um. Nos pavimentos térreos dos dois blocos, estão as atividades culturais, como auditório, sala de exposições e livraria (Livraria Cultura, bloco B); no último piso (cobertura), salão de festas, e nos andares intermediários, os estacionamentos de veículos. Juntos, os blocos A e B têm capacidade para 1.200 vagas simultâneas e cobertas, que garantem uma disponibilidade de grande fluxo, conforto e segurança ao público.



Figura 32 e 33 – Edifícios-garagens A e B em sua situação atual (Diana Zárate, 2007).

Os autores do projeto, Paulo Mendes da Rocha e o grupo MMBB, adotaram passarelas para possibilitar que nos andares de estacionamento (2º, 3º e 4º andares) os blocos se interligassem, permitindo a circulação de veículos.<sup>34</sup> As passagens caracterizam-se como vias públicas, com dimensões, cada uma, de 8.60 metros de largura por 17 metros de extensão. A altura livre das passarelas aéreas é de 5.50 metros sobre a rua da Madre de Deus, o que corresponde ao gabarito mínimo rodoviário de altura sobre as vias adotado no Brasil. As fachadas no andar térreo são em cortina de vidro transparente, recuadas dos alinhamentos dos andares superiores, enquanto as fachadas dos andares tipo são em cortina de chapa de aço perfurado, pintadas de branco e colocadas sobrepostas à estrutura de concreto.<sup>35</sup> A ligação entre o Paço

<sup>34</sup> TRINDADE, 2007.

<sup>35</sup> Idem.

Alfândega e o edifício-garagem se dá por meio de apenas uma passarela no primeiro andar, a qual aproveita o vão de uma grande arcada construída para o acesso de locomotiva e caminhões na época em que o edifício foi depósito de açúcar.



Figura 34 e 35 – Passarelas entre os edifícios-garagem e entre o Paço e o edifício-garagem (In: TRINDADE, 2007; Diana Zárate, 2007).

Ao lado do edifício garagem A, encontra-se a central de ar-condicionado do *Shopping*. Seu aspecto inacabado ainda causa estranheza aos usuários do local e, de acordo com o superintendente do IPHAN, Frederico Almeida, a obra é irregular. O centro de compras já foi notificado, mas a situação ainda está pendente.

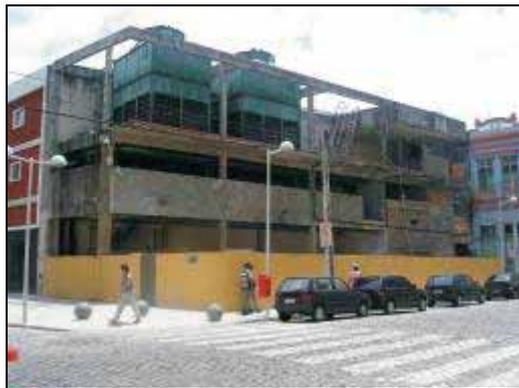


Figura 36 – Central de ar-condicionado (Diana Zárate, 2007).

**Resultados:** O antigo convento teve seu uso e função totalmente alterados para abrigar um centro de compras. As fachadas, que se apresentavam bastante íntegras, embora mal conservadas, foram mantidas muito próximas do que se encontrava antes da intervenção, com exceção de um detalhe distinto para marcar sua entrada pelo Cais da Alfândega. O interior foi o que mais sofreu alterações em sua estrutura, como pode ser observado em plantas e imagens. Nesse caso, no que diz respeito ao valor histórico do edifício, a relação do Paço com seu passado foi alterada.

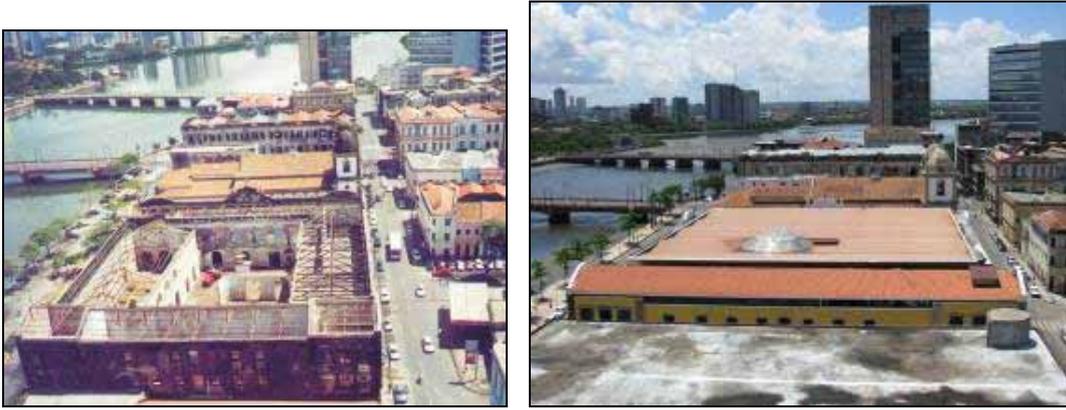
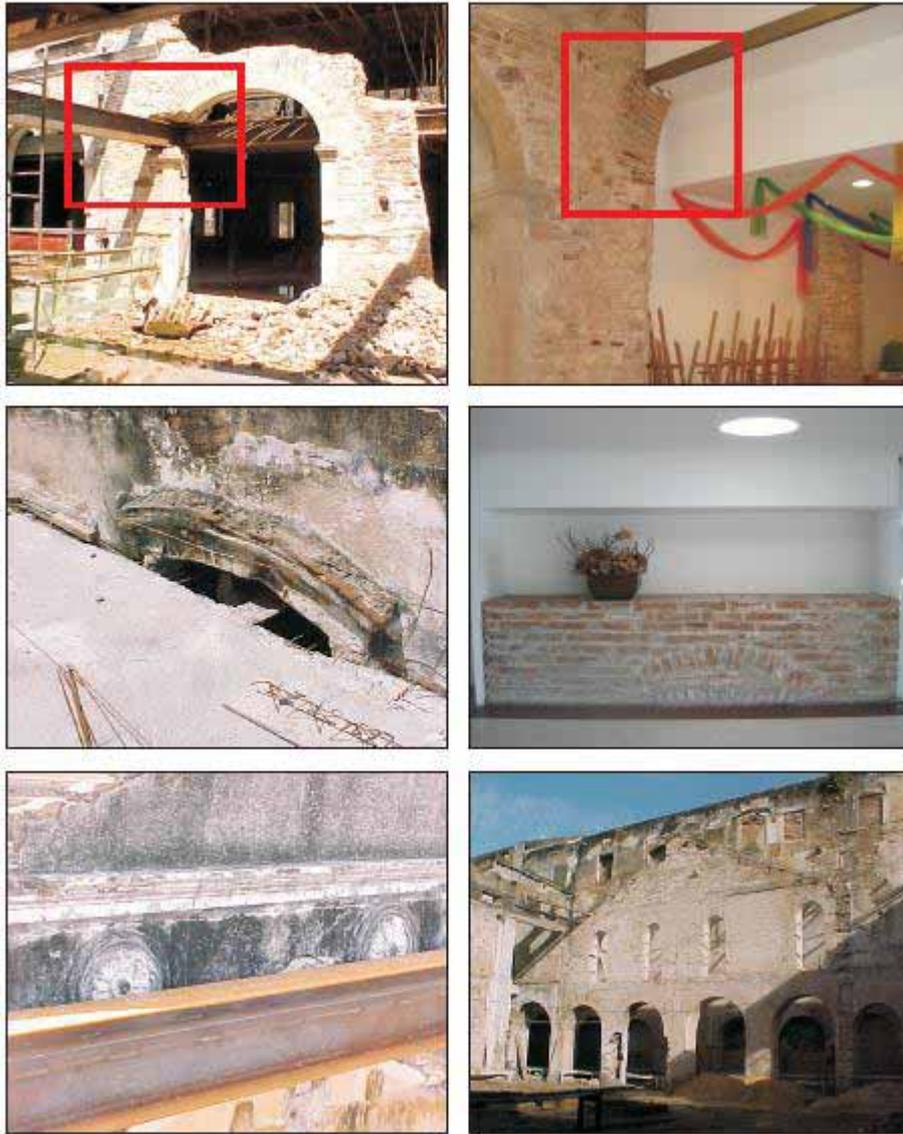


Figura 37 e 38 – Coberta e estruturação interna antes e depois da intervenção (*In*: VIEIRA, 2005; Diana Zárate, 2007).

Os materiais e técnicas construtivas tradicionais foram, em grande parte, substituídos por correspondentes contemporâneos, sendo evidente a perda de autenticidade desses segmentos. Na intervenção, tanto os novos materiais quanto os mecanismos de funcionamento dos novos equipamentos ficaram aparentes e distintos dos antigos. Isso não foi um aspecto negativo da intervenção, pois, segundo Boito, a busca da conservação de valores históricos não precisa renunciar ao uso de materiais contemporâneos, desde que eles sejam diferenciados dos originais. No entanto, questiona-se se não haveria formas mais engenhosas de intermediar o novo com o antigo. Em relação a alguns ornamentos e detalhes construtivos, notou-se certa agressão sofrida pela edificação para se adaptar à sua nova função. Pode-se observar arcos em alvenaria quebrados, partes superiores de arcos isolados por andares, detalhes decorativos destruídos, paredes em bom estado que foram completamente derrubadas e outras mantidas sem destaque dentro do *Shopping*.



Figuras 39 a 44 – Adaptações de ornamentos e detalhes construtivos à nova função de *Shopping* (Diana Zárate, 2007).

Sobre o valor artístico, esculturas que existiam sobre a cobertura e ornamentavam o edifício foram retiradas durante a intervenção e nunca retornaram ao seu local de origem.<sup>36</sup> É uma perda lastimável para o acervo do Paço e justifica-se pelo prazo de entrega da restauração, ainda em execução, e do Paço já entregue ao público. Assim como as esculturas, a escadaria de três lances em madeira foi desmontada e encaixotada à espera da obra de restauração e intervenção do *Chanteclair*, onde será remontada. A prática de retirar peças de valor artístico de seu ambiente original e sua remontagem em outro lugar é condenável, pois resulta em uma perda de valor artístico da edificação.

Os anexos do novo *shopping*, tais como a central de ar-condicionado e os edifícios-garagem causam estranheza devido à falta de harmonia com as casas antigas do lugar: a central, com suas paredes sem reboco por ser uma obra sem preocupação com a identidade histórica da cidade, e os edifícios-garagem, pela falta de acabamento

---

<sup>36</sup> Segundo a administração do empreendimento, as esculturas da Arte, Justiça e Navegação estão em restauração na oficina do artista Jurandir Maciel, mas ainda sem previsão sobre quando ficam prontas. PEÇAS, 2007, p. 2.

e por se conectarem com o Paço Alfândega por meio de passarelas aéreas. É questionável a utilização de dois dos últimos terrenos vazios no Bairro do Recife com localização privilegiada para tais usos.

A respeito do volume dos estacionamentos, podem ser elencados alguns de seus benefícios, como o impedimento de mais pontos de conflito no tráfego local e a duplicação de todas as circulações e acessos de veículos e usuários. Isso representa economia de área, resulta em mais vagas para estacionamento e minimiza os impactos da garagem na vizinhança.<sup>37</sup> Ele não choca tanto com a ambiência existente e parece conviver bem por obedecer ao gabarito e apresentar-se neutro. Porém, a inserção das passarelas ocorreu em um dos locais mais representativos do bairro, interferindo no valor paisagístico do ambiente pelos acréscimos nas tipologias.

Ao levar em consideração essa análise, baseada nos critérios discutidos no início do trabalho, pode-se dizer que a intervenção alterou, em sua maioria, os valores e a autenticidade do edifício. Os elementos espaciais mais proeminentes no edifício anterior (o vazio do pátio, as alas conventuais, a relação entre eles, o ritmo de abertura da fachada) foram alterados em sua maioria. Isso partiu da interpretação dos arquitetos ao tentar adaptá-los a novo uso. Talvez fosse o caso de uma abordagem projetual mais afinada com o existente. No entanto, as mudanças não podem ser vistas necessariamente como um fator negativo. A mudança de uso, por exemplo, é feita muitas vezes com o intuito de preservar o imóvel. O problema reside na forma como foi feita essa mudança.

## 6. *Chanteclair*

Esse edifício foi construído no início do século XX, por encomenda de comerciantes portugueses, para abrigar na parte térrea e mezanino, armazéns para estivas (açúcar, charque, bacalhau, óleos) e, nos andares superiores, escritórios, representantes comerciais, advogados e contabilistas.<sup>38</sup> A partir de 1932, com a morte dos proprietários, tornou-se propriedade da Santa Casa de Misericórdia. Os edifícios, isolados internamente por paredes e unidos pelas fachadas, passaram a ter ocupados seus pavimentos superiores por residências e os andar térreo por lojas. Nos anos 1940, com a decadência do bairro, o espaço foi tomado por casas do baixo meretrício. Nessa época, foi inaugurada a boate *Chanteclair*, que terminou por dar nome ao edifício<sup>39</sup>.



Figura 45 – *Chanteclair* à época da implantação do Monumenta (Acervo pessoal Luciana Menezes, 2000).

Os imóveis dos conjuntos nunca passaram por nenhuma reforma estrutural, e as intervenções realizadas pouco fizeram para resguardar da degradação os

<sup>37</sup> TRINDADE, 2007.

<sup>38</sup>FARIAS, 1995, p. 15.

<sup>39</sup> CHANTECLER, 2000, p. 5.

estabelecimentos. Apenas em 2000, com o incentivo do Programa Monumenta/BID, deu-se continuidade a uma proposta de restauração no *Chanteclair* para abrigar um espaço cultural, como parte do *mix* Paço Alfândega. Em 2001, como primeiro passo para a restauração do imóvel, foi realizado o Projeto Executivo de Restauração das Fachadas do Edifício Chanteclair, de autoria do arquiteto Jorge Passos.

Em relação ao **estado conservação**, o estudo detalhado realizado por Passos provê um completo entendimento das patologias da fachada. Os ornatos encontravam-se perdidos por oxidação de ferragens, ação mecânica, ou desgastados por sais e sujeira. Além disso, faziam-se presentes vegetais e tubos de descida de águas pluviais, além de intervenções reparadoras mal-feitas, fissuras, fungos e bolores por toda a fachada. Em suma, a fachada encontrava-se em elevado estado de deterioração. Segundo Passos, cerca de 40% das peças estavam comprometidas e teriam de ser reconstituídas. No interior, o estado também era lamentável, pois não apresentava trechos de cobertura, praticamente não existiam mais forros, muitas paredes já estavam sem reboco, e os pisos estragados.

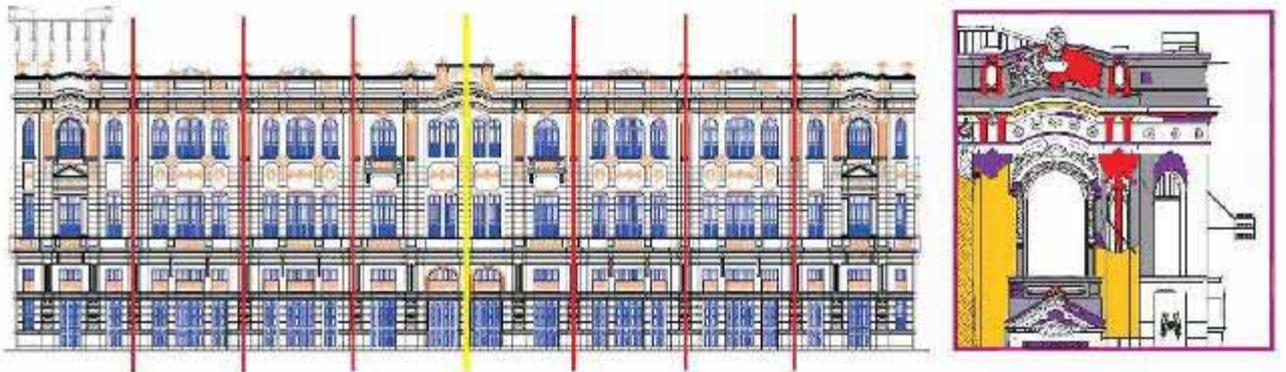


Figura 46 - Levantamento da fachada norte do Chanteclair (Acervo pessoal Luciana Menezes, 2001).

Figura 47 - Detalhe de um trecho do Mapa de Danos (In: PASSOS, 2001).

O Conjunto *Chanteclair* possui valores que o fazem um dos mais **significativos** exemplares do acervo eclético. Dentre os vários valores identificados, cabe ressaltar três que lhe conferem significância cultural. Em primeiro lugar, o valor histórico como um legítimo representante da urbanística do início do século (aquele de Pereira Passos). Em segundo, o edifício possui um valor artístico singular pela ornamentação das fachadas em estucaria.<sup>40</sup> Em terceiro, cabe enfatizar o valor paisagístico do edifício, localizado às margens do rio Capibaribe, no Cais da Alfândega, conforme foi dito antes.

Como a **intervenção** do Conjunto *Chanteclair* se tratava de uma parceria público-privada, o Programa Monumenta/BID e a Prefeitura Cidade do Recife (PCR) financiaram a recuperação da fachada, e a iniciativa privada o restante da obra. A proposta de intervenção foi lançada em 2000, com Alfândega Empreendimentos e Diagonal Urbana Consultoria como corresponsáveis pela execução das obras. No entanto, as obras foram paralisadas por problemas jurídicos<sup>41</sup> e, recentemente, o imóvel foi designado de utilidade pública pela PCR, que se responsabilizará pela restauração e

<sup>40</sup> PASSOS, 2001, p. 3.

<sup>41</sup> Segundo entrevista do empresário Álvaro Jucá no Jornal do Commercio, "Para recuperar o imóvel são necessários cerca de R\$ 9 milhões, sendo metade financiada pelo Monumenta e o restante investimento privado da empresa Alfândega Empreendimentos." A Caixa Econômica Federal, responsável pelo financiamento, não liberou a verba pela existência de pendências jurídicas (FALTA, 2004, p. 3).

recuperação de todo o edifício, bem como buscará parcerias com a iniciativa privada para transformá-lo em um centro cultural.



Figura 58 – Perspectiva virtual da intervenção do Conjunto *Chanteclair* (In: Folder publicitário).

A restauração das fachadas, iniciada pela equipe de Jorge Passos, compreenderá a reconstituição de alvenarias e revestimentos, restauração dos ornatos integrados e aplicados, consolidações, impermeabilizações e pintura. Para tal, foi elaborado um mapa de intervenção e um inventário dos 733 ornatos. Os ornatos integrados serão reconstituídos com a mesma técnica original, ou seja, argamassa de reboco que, dependendo do detalhe, deverá ter enchimento em alvenaria (cornijas, cimalthas e pilastras) ou argamassa (frisos).<sup>42</sup> A fachada seria limpa, e a vegetação e elementos descaracterizadores retirados. Os primeiros serviços de restauro foram executados em 2003, porém foram paralisados no ano seguinte por falta de recursos.



Figura 49 – Forma e ornato integrado - jarrão (In: PASSOS, 2001).

Figura 50 – Ornato integrado e aplicado (In: PASSOS, 2001).

Figura 51 – Lavagem das superfícies (In: PASSOS, 2001).

Em relação ao novo uso, o *Chanteclair* deverá abrigar oito salas de cinema – com capacidade para 900 espectadores- café-concerto, livraria temática, local para exposições e o Gambrinus Bar e Restaurante. A proposta da equipe de Luciana Menezes, ao considerar como característica marcante do edifício a modulação interna existente, manterá a mesma divisão entre térreo, mezanino, primeiro e segundo pavimentos. No térreo, ocupando um total de 5 imóveis, serão projetados um café-concerto e uma livraria temática, enquanto o mezanino comportará a cafeteria. Todo o interior será tratado do mesmo modo que o exterior, com ornamentação de acordo com o período em que o edifício foi construído. No primeiro pavimento, está previsto, ocupando toda a lâmina, um grande *hall* de exposições e duas grandes salas de cinema com capacidade superior a cem lugares, cada um. O segundo pavimento contará com a

<sup>42</sup> FALTA, 2004, p. 3; PASSOS, 2001, p. 36.

instalação de mais seis salas de cinema, com capacidades variáveis entre cem e sessenta lugares cada um, formando um complexo de oito cinemas. A antiga configuração dos imóveis será mantida, pois cada sala ocupa o espaço de um módulo, e durante todo o percurso do corredor de acesso será possível perceber nas marcações de piso e pilares a leitura desses imóveis.

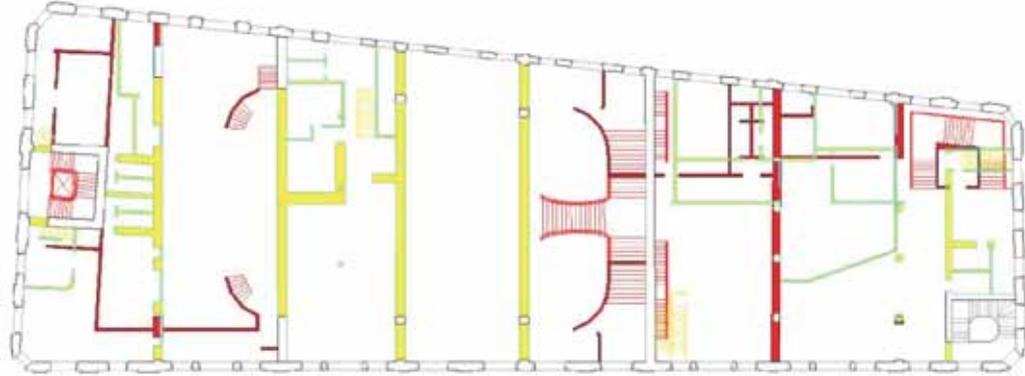


Figura 52 – Planta de demolição e construção do pavimento térreo. Em amarelo (demolição), as paredes divisórias do imóvel e em vermelho (construção), as paredes acrescidas (Acervo pessoal Luciana Menezes, 2001).



Figura 53 – Perspectiva virtual do Café-Concerto (*In*: Folder publicitário).

**Resultados:** O Conjunto sofreu diversas intervenções para adaptação desde sua construção até sua provável transformação em espaço cultural. Por isso, no que tange ao uso, haverá alteração, Entretanto, a função de centro de lazer e gastronomia, que vinha se consolidando, principalmente pelo tradicional Bar Gambrinus instalado há 38 anos no local, prevalecerá.

Em meio a várias adaptações, o imóvel manteve a antiga modulação interna, que se tornou característica a ser considerada em qualquer intervenção que nele vier a ser realizada. Essa característica de vários edifícios com fachadas que garantem a ideia de um só os torna singular no Bairro. Para isso, o desenho de sua planta respeitará a antiga configuração dos módulos. Mesmo quando da demolição de algumas divisórias para melhor adaptação à nova função, serão realizadas marcações de piso, pilares e partes das paredes para facilitar a leitura de antiga organização.

O valor histórico da construção será conservado, pois a edificação e o loteamento, testemunhos da urbanística do século XX, não serão alterados, além da permanência do estilo eclético, que servirá como testemunho da forma e do estilo da arquitetura da época.

No que diz respeito aos materiais e técnicas construtivas, embora alguns tradicionais tenham sido desprezados em ações reparadoras antes da última

intervenção, o projeto de Passos propõe procedimentos e soluções corretivas que preservarão as técnicas construtivas originais. O material utilizado para a reconstrução de trechos das fachadas será igual ou compatível aos originais. No caso dos ornatos aplicados, ou seja, aqueles que são moldados em ateliê e depois fixados nas fachadas, muitos receberão adaptações no que se refere à fixação, para diminuir a possibilidade de oxidação da ferragem e, conseqüentemente, desprendimento e queda do ornato. Mas isso não será visível, pois ocorrerá no interior dos ornatos. Assim, pode-se dizer que a intervenção manteve, em parte, os valores e a autenticidade do edifício.

## 7. Conclusão

O chamado Polo Alfândega inclui edifícios de diferentes tempos, usos e estilos, edifícios que envelheceram e passaram por intervenções feitas por diferentes arquitetos que adotaram posturas diversas. O estudo dessas intervenções nesse pequeno trecho de cidade pode ajudar a entender alguns dos desafios da conservação das áreas históricas das cidades.

Vários são os fatores que interferem no momento da elaboração de um projeto de intervenção: a condição de patrimônio cultural, a adequação dos espaços antigos aos novos usos, a necessidade de atualização estrutural ou de introdução de novas instalações prediais, assim como a definição de materiais e de técnicas atuais adequadas e compatíveis com os antigos materiais presentes no edifício. Além disso, deve-se ter como objetivo a manutenção da autenticidade desse trecho de cidade.

No caso das intervenções no Polo Alfândega, pode-se dizer que, exceto pela igreja, houve alteração na autenticidade dos edifícios, como pode ser comprovado pelas análises comparativas entre a declaração de significância dos edifícios antes da realização da intervenção e a situação posterior. A adaptação dos espaços aos usos contemporâneos requer intervenções em sua forma e elementos construtivos. É importante que essas intervenções prezem pelo mínimo impacto possível e realizem apenas as alterações necessárias. Assim, os critérios usados nos projetos e na contratação de empresas, não só do Programa Monumenta mas de qualquer intervenção realizada em área tombada do Bairro do Recife, devem ser revistos. A introdução de novos usos foi algo positivo para o Bairro do Recife, por atrair uma clientela de maior poder aquisitivo e trazer o local de volta à dinâmica da cidade, mas a forma como tais intervenções estão sendo feitas levanta uma série de questionamentos. Além disso, a nova dinâmica representada pelo *shopping* parece não se estender à área circunvizinha, não contribuindo para a revitalização do Bairro como um todo, como era esperado.

## 8. Referências Bibliográficas

- ANTIGO Chanteclair agora é monumento de utilidade pública. **Diário de Pernambuco**. Recife, 17 nov. 2007. Caderno Vida Urbana, p.1.
- AULA patrimônio Alfândega e Madre de Deus. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2007.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- CAMPELO, Felipe; L'AMOUR, Ronaldo. **Descrição do estado de conservação da Igreja da Madre de Deus**. Recife, 2001. 25 f. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. **Histórico das intervenções realizadas anteriormente**. Recife, 2000. 4f. Manuscrito.

- \_\_\_\_\_. **Recuperação da Igreja da Madre de Deus.** Projeto executivo de arquitetura. Memorial descritivo das intervenções.
- CARRAZZONI, Maria Elisa. **Guia dos bens tombados.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.
- CHANTECLER “agitou” o recife nos anos 40. **Jornal do Commercio.** Recife, 24 nov. 2000. Caderno Cidades, p.5.
- EDITAL de concurso de projeto do sistema de identidade visual do complexo turístico cultural Recife/Olinda 2005. Disponível em:  
<<http://www.recife.pe.gov.br/pr/seccultura/concursorecifeolinda/briefing.pdf>>.  
Acesso em: 8 nov. 2007.
- FALTA de recursos paralisa a obra de recuperação do Chanteclair. **Jornal do Commercio.** Recife, 19 ago. 2004. Caderno Cidades, pp.3.
- FARIAS, Silvana Monteiro de. **Um novo Chantecler:** anteprojeto de intervenção no Edifício Chantecler. 1995. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, CAC, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.
- FEILDEN, B. M. **Conservation of historic buildings.** Oxford: Butterworth, 1982.
- FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife:** estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos.** 2. ed.. Recife: Fundação Guararapes, 1970.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Cartas patrimoniais.* Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12335&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 28 ago. 2007.
- JOKILEHTO, Jukka. **Conceitos e idéias sobre conservação.** In: CECI. *Gestão do patrimônio cultural integrado.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. p.11-19.
- \_\_\_\_\_. *Considerations on authenticity and integrity in world heritage context. City & Time,* Olinda, v. 2, n. 1, p. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>>.  
Acesso em: 21 jan. 2008.
- MATERO, Frank. Loss, Compensation and Authenticity in Architectural Conservation. In **Journal of Architectural Conservation** n 1, vol 12, March 2006, pp.71-90
- MENEZES, José Luiz Mota. **Atlas histórico cartográfico do Recife.** Recife: Massangana, 1988.
- MENEZES, Luciana. **Paço da Alfândega:** memória descritiva do projeto. Recife, 2000. 14f. Manuscrito.
- \_\_\_\_\_. **Conjunto Chanteclair** – Bairro do Recife. Recife, 2000. 6f. Manuscrito.
- MONUMENTA. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2007.
- MOREIRA, Fernando Diniz. **A construção de uma cidade moderna:** Recife (1909-1926). 1994. 183f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Pós-Graduação

- em Desenvolvimento Urbano e Regional, CAC, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.
- OBRA tira brilho de casario tombado. **Jornal do Commercio**, Recife, 2 dez. 2007. Cidades, p. 1.
- OBRAS em igreja estão paradas. **Folha de Pernambuco**, Recife, 1 out. 2004. Caderno Folha da Cidade, p. 4.
- O PROGRAMA Monumenta. [Recife: Monumenta / BID Recife, 2005]. Folder.
- PASSOS, Jorge. **Projeto executivo de restauração das fachadas do edifício Chanteclair**. Olinda, 21 de março de 2001.
- PROJETO de recuperação e requalificação urbana Pólo Alfândega/Madre de Deus. Recife: URB/ Diretoria de Programas Especiais, Programa Monumenta / BID Recife, [2000-?]. Folder.
- RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1999.
- ROCHA, Edileusa Oliveira da; NASLAVSKY, Guilah; MENEZES, José Luiz da Mota; MARQUES, Sônia Maria; MESQUITA, Liana de Barros; SOUSA, Alberto. **Guia do Recife: arquitetura e paisagismo**. Recife: Ed. dos Autores, 2004.
- SERAPIÃO, Fernando. **Pontual arquitetos: centro de compras Paço Alfândega, Recife-PE**. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura486.asp>>. Acesso em: 2 out. 2007, 17:54:34
- SIMIS, Tereza Cristina. **Convento dos Oratorianos de São Filipe Néri**. Leituras arqueológicas de um convento que virou shopping, em Recife/PE. 2005. 120f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Departamento de História, UFPE, Recife, 2005.
- STOVEL, Herb. Authenticity in Conservation Decision-Making: The World Heritage Perspective. In **Journal of Research in Architecture and Planning**, vol 3, 2004, pp.01-08.
- TRINDADE, Isabella; CÂMARA, Andréa; ANDRADE, Paulo; MEDINA, Luciano. A **coexistência do passado e do moderno: o caso do edifício garagem no bairro do Recife**. In: *Anais do III PROJETAR*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- VIEIRA, Natália. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas do Brasil**. 2006. 318f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional, UFPE, Recife, 2006.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Atelier Editorial, 2000.
- ZANCHETI, Sílvio. Revalorização de áreas centrais: a estratégia do bairro do Recife. In: ZANCHETI, Sílvio Mendes; MARINHO, Geraldo Santos; MILET, Vera. **Estratégias de intervenção em áreas históricas revalorização de áreas urbanas centrais**. Recife: UFPE/Mestrado em Desenvolvimento Urbano, 1995. p.100-109.
- \_\_\_\_\_. O Financiamento da revitalização dos centros históricos de Olinda e Recife, 1979-2005. In **Textos para discussão/CECI**, v.03, 2007.

ZANCHETI, Sílvio; LACERDA, Norma; MARINHO, Geraldo (Org.). **Revitalização do bairro do Recife**: plano, regulação e avaliação. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.